

## **LEI COMPLEMENTAR Nº29/2015**

### ***“Altera Dispositivos das Leis Complementares Nº 20 e 21/2013, e dá outras providencias”.***

**José Nilton da Silva**, Prefeito Municipal de Angelina, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica autorizado à criação das seguintes vagas junto ao Quadro Geral de Vagas efetivas deste Município, descritas no anexo VIII da Lei Complementar Nº 20/2013:

- I- 04 (*quatro*) vagas para o cargo de Auxiliar de Manutenção e conservação I;
- II- 04 (*quatro*) vagas para o cargo de Motorista;
- III- 04 (*quatro*) vagas para o cargo de Operador de Máquinas;
- IV- 02 (*duas*) vagas para o cargo de Agente Operacional;

**Art. 2º.** A habilitação (CNH) para o cargo de Motorista e Operador de Máquinas, descrita no Manual de Atribuições, elencado no anexo IX da Lei Complementar Municipal Nº 20/2013, será Carteira Nacional de Habilitação (CNH) categoria “D”.

**Art. 3º.** Fica acrescido ao artigo 64 da Lei Complementar Municipal Nº 20/2013, o inciso IX, com a seguinte redação:

*“Art. 64 ...*

*(...)*

*IX – 01 (uma) função de confiança de Gestor de Integração do Cadastro Rural - MDA - INCRA, correspondente a R\$ 478,03 (quatrocentos e setenta e oito reais e três centavos)”.*

**Art. 4º.** Os incisos I e o §1º dos artigos 162 e 163 da Lei Complementar Municipal Nº 21/2013, passam a vigorar com a seguinte redação:

***“Art. 162 ...***

*I - 15% (quinze por cento) do vencimento fixado para seu cargo, para a conclusão de graduação;*

*II - 10% (dez por cento) do vencimento fixado para seu cargo, para a conclusão de pós-graduação.*

*§1º Os percentuais fixados nos incisos I e II do caput são de natureza acumulável, ficando também resguardada a garantira de acumulação e aproveitamento do percentual anteriormente estipulado, para os servidores já beneficiados pela progressão de referência.*

*...*

***Art. 163 ...***

*I - 15% (quinze por cento) do vencimento fixado para seu cargo, para a conclusão de pós-graduação lato senso (Especialização);*

*II - 10 % (dez por cento) do vencimento fixado para seu cargo, para a conclusão de pós-graduação stricto sensu (Mestrado ou Doutorado).*

*§1º Os percentuais fixados nos incisos I e II do caput são de natureza acumulável, ficando também resguardada a garantira de acumulação e aproveitamento do percentual anteriormente estipulado, para os servidores já beneficiados pela progressão de referência.*

*...”*

**Art. 5º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Angelina, 09 de Junho de 2015

**José Nilton da Silva**  
**Prefeito Municipal**